



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.<sup>a</sup> SL Mesa e Coordenadores

Aos 31 dias do mês de março de 2020, pelas 10:30 horas, reuniu a Mesa e Coordenadores da Comissão de Assuntos Europeus, via videoconferência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição Regimental do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e após Conselho Europeu. (videoconferência)

---

#### **Audição regimental do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e após Conselho Europeu (videoconferência)**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audição regimental, tendo dirigido cumprimentos aos Deputados presentes, ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, agradecendo a ambos a disponibilidade para estar presente na audição.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, informando que iria centrar a sua intervenção nos resultados do último Conselho Europeu do dia 26 de março, que teve como tema principal o combate à pandemia e às suas consequências e às decisões tomadas que, do ponto de vista de Portugal, são mais relevantes e que se encontram expressas na declaração conjunta dos 27 Estados-Membros. Salientou que o Conselho Europeu realizado no dia 17 de março definiu consensualmente as 5 linhas de resposta da UE à pandemia:

1. Conter a propagação;
2. Assegurar o equipamento e material médico e hospitalar necessário;
3. Promover a investigação científica para conseguir, o mais rapidamente possível, uma vacina eficaz contra este vírus;
4. Resposta às consequências económicas e sociais da pandemia;

## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL Mesa e Coordenadores

5. Apoio aos cidadãos nacionais e europeus retidos no mundo devido ao fecho de ligações aéreas e, em certos casos, devido ao fecho de fronteiras.

Neste âmbito referiu a valorização da contratação pública assumida pela UE e a valorização pelo Conselho Europeu do mercado interno, evitando restrições à exportação de material médico e permitindo a manutenção de cadeias de abastecimento, a promoção e financiamento da atividade científica nesta área e as operações de repatriamento auxiliadas pelo reforço do financiamento do mecanismo europeu de proteção civil.

Aludiu também à suspensão da aplicação dos critérios de Maastricht, relativamente à dívida e ao défice, reafectação de verbas do QFP para despesas de saúde e apoio económico à crise, reforço das garantias e das linhas de crédito garantidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), decisão do BCE de lançar um novo programa de aquisição de dívida pública europeia, aguardando-se a apresentação de propostas concretas por parte do Eurogrupo para financiamento adicional dos Estados-Membros.

Descreveu a posição de Portugal nestas questões, concordando com a emissão conjunta de dívida pública e o recurso ao mecanismo europeu de estabilidade

O Senhor Ministro deu nota, ainda, que o Conselho Europeu validou a decisão do Conselho de Assuntos Gerais que permitirá dar início às conversações formais para a adesão da Macedónia do Norte e da Albânia.

Na primeira ronda de questões intervieram os seguintes Senhores Deputados: Isabel Oneto (PS), que questionou sobre o mapeamento dos *stocks* de equipamento médico e de proteção individual nos Estados-Membros, sobre a possibilidade de se efetuar também um mapeamento das indústrias convertíveis à escala da UE e, ainda, sobre a alteração da agenda europeia pelo COVID – 19, com o conseqüente adiamento de



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL Mesa e Coordenadores

alguns dossiês relevantes, tal como o próximo QFP e a futura relação da UE com o Reino Unido, e a repercussão que isso pode ter no programa do trio e no programa da presidência portuguesa no primeiro semestre de 2021;

Isabel Meireles (PSD), questionou sobre os mecanismos disponíveis a nível do BCE, além da mutualização da dívida, para responder à crise, designadamente a possibilidade de Portugal prolongar o pagamento da dívida pública por várias décadas, sobre a derrogação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem no que concerne ao Estado de Emergência e manifestou preocupação com a situação dos migrantes na ilha grega de Lesbos e a possibilidade de apoio por parte de Portugal, bem como a atuação diplomática com a China para aquisição de material médico;

Fabiola Cardoso (BE), referiu que a crise económica e social que resultará desta pandemia implicará uma resposta europeia, manifestando a sua preocupação com a insuficiência do recurso aos fundos de coesão e ao fundo de solidariedade para fazer face ao combate do vírus, assim como para mitigar o impacto da recessão que se seguirá;

Intervieram também os Senhores Deputados: Bruno Dias (PCP), que começou por referir a verba anunciada para reforçar a saúde, questionando sobre os critérios de afetação, condicionalidades e sobre a decisão de mobilização a partir dos fundos da coesão e não de outras áreas do QFP, perguntando também se existe previsão para uma reorientação das prioridades do quadro financeiro plurianual e se as medidas que estão a ser preparadas pelo Eurogrupo têm em conta a condicionalidade macroeconómica;

João Almeida (CDS-PP) questionou sobre o aprovisionamento europeu desenvolvido, e se tal assegurará os meios de saúde necessários em Portugal; sobre a exequibilidade de recorrer ao instrumento de emissão de dívida conjunta, em tempo útil, assim como sobre as consequências para a soberania e para a economia nacional de uma mutualização da dívida, designadamente no que diz respeito à questão da harmonização fiscal a nível da UE;



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL Mesa e Coordenadores

e Cristina Rodrigues (PAN), que concluiu a primeira ronda de intervenções, questionando quanto aos *coronabonds*, qual a possível flexibilidade da posição da Alemanha e se estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de conseguir o apoio de outros Estados-Membros para esta matéria, bem como se existe algum plano de investimento extraordinário do Governo para os fundos europeus não utilizados de 2019, qual a posição do Governo sobre o uso de mais recursos próprios como taxas aos conglomerados digitais, às transações financeiras, às indústrias poluidoras e à aviação, referindo-se ao Pacto Ecológico Europeu e à possível alteração das prioridades já apresentadas para a Presidência Portuguesa no que se refere a este tema.

O Senhor Ministro respondeu de forma individualizada às questões apresentadas pelos Senhores Deputados.

Na segunda ronda de questões usaram da palavra os Senhores Deputados: Paulo Moniz (PSD), que, referiu as comunidades emigrantes açorianas e questionou sobre as ações de levantamento que estão a ser efetuadas pela rede consular portuguesa, para aferir das suas necessidades de forma articulada entre a rede consular, o MNE e a Direção Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores; Fabíola Cardoso (BE), mencionando situações ocorridas em diversos Estados-Membros, afirmou que a democracia, as suas instituições, os direitos e garantias não podem ser vítimas da pandemia e questionou sobre a posição do Governo Português relativamente a esta matéria; Bruno Dias (PCP) apresentou questões, nomeadamente, sobre o montante líquido a que Portugal terá direito no âmbito das verbas do fundo de coesão destinadas e mobilizadas para dar resposta à emergência social e económica da pandemia e a sua relação com o nível de execução dos fundos comunitários de Portugal, assim como, sobre a mobilização de verbas de outras áreas do atual QFP, qual a possibilidade de financiamento direto do BCE aos Estados-Membros, se estaria previsto Portugal assumir a coordenação de mais operações de repatriamento, no âmbito do mecanismo europeu de proteção civil; Isabel Oneto (PS) perguntou sobre se está previsto um plano de contingência de transição entre o atual quadro e o próximo



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL Mesa e Coordenadores

QFP, com que financiamento, e qual o ponto de situação da criação dos corredores verdes para a circulação de material médico, do exterior e no interior da UE; João Almeida (CDS-PP) questionou sobre o repatriamento de cidadãos europeus que se encontram fora da Europa ou estudantes Erasmus e o que se encontra previsto na área da PAC e apoios para o setor agrícola no QFP tendo presente esta situação atual; Cristina Rodrigues (PAN) questionou sobre as medidas adotadas pela UE e por Portugal para garantir o acesso e a distribuição equilibrada das patentes de vacinas e de medicamentos úteis no âmbito do combate à pandemia provocada pelo COVID-19, sobre o apoio de Portugal a cidadãos portugueses que se encontram no estrangeiro, dentro e fora da UE.

O Senhor Ministro passou a palavra à Senhora Secretária de Estado, para esclarecer questões relacionadas, nomeadamente, com a criação dos corredores verdes, o plano de contingência do próximo QFP e o plano de ação da Comissão Europeia sobre a Democracia Europeia, após as quais o Senhor Ministro respondeu às questões colocadas de forma conjunta.

Intervieram na terceira e última ronda de questões os Senhores Deputados Fabíola Cardoso (BE), que demonstrou preocupação relativamente à situação dos direitos humanos e a evacuação preventiva dos campos de refugiados, solicitando esclarecimentos sobre a situação de professores que se encontram em Timor-Leste e o seu repatriamento; Paulo Moniz (PSD), que questionou sobre as soluções de retoma económica para as empresas e para o investimento transversal à atividade económica, com especial atenção que deverá ser dado às RUP's, que sentirão dificuldades acrescidas devido à sua posição ultraperiférica e às suas necessidades específicas; Cristina Rodrigues (PAN), que questionou sobre a possibilidade de Portugal, em caso de necessidade extrema, equacionar receber ou dar ajuda similar a outros Estados-Membros e Bruno Dias (PCP), que solicitou esclarecimentos sobre as informações prestadas, nomeadamente sobre o processo de revisão da proposta da Comissão Europeia sobre o próximo QFP e os prazos previstos para o efeito e sobre a previsão concreta para a realização de novos voos de repatriamento, sob a coordenação

**COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

**ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL  
Mesa e Coordenadores**

portuguesa, tendo em conta a situação da TAP, terminando com uma referência ao papel dos Bancos Europeus e ao financiamento do BCE.

O Senhor Ministro passou a palavra à Senhora Secretária de Estado, para esclarecer questões relacionadas, nomeadamente, com a situação dos campos de refugiados, o próximo QFP e as RUP's, após as quais respondeu às questões colocadas de forma conjunta.


A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=4456&title=audicao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros>

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2020

**O PRESIDENTE**



**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

### **ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL Mesa e Coordenadores**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Dias  
Cristina Rodrigues  
Fabiola Cardoso  
Isabel Meireles  
Isabel Oneto  
João Pinho de Almeida  
Luís Capoulas Santos  
Paulo Moniz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: